



Parentes acompanham o corpo de Galdino no vôo para Ilhéus, a bordo do Bandeirante da FAB que substituiu avião da Rio-Sul na última hora

# Disputa política atrapalha velório do pataxó Galdino

■ Funai, Cimi, governo do DF e parentes se desentendem até o embarque do corpo

JAILTON DE CARVALHO\*

BRASÍLIA — A morte do índio Galdino Jesus dos Santos, incendiado domingo por cinco adolescentes em Brasília, transformou-se em uma disputa política entre a Funai (Fundação Nacional do Índio), o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o governo do Distrito Federal e os parentes do morto. Além da discussão sobre a responsabilidade da Funai no episódio, o velório e o próprio corpo do índio foram disputados politicamente.

A batalha, que teve lances dignos do seriado de TV *O bem amado*, começou com uma discussão sobre a retirada ou não das vísceras no exame médico legal, segunda-feira, e prosseguiu até o embarque do corpo para a Bahia, às 9h de ontem, na Base Aérea.

A primeira discussão aconteceu às 9h de segunda-feira, quando membros da família tentaram proibir, com base na tradição pataxó, que os médicos do Instituto Médico-Legal retirassem as vísceras do corpo para a autópsia. Depois de muita conversa, os índios foram convencidos de que os órgãos seriam recolocados. Quando o corpo foi liberado, às 15h, e tudo parecia

se encaminhar para um fim pacífico, teve início uma nova disputa.

A Funai proibiu a realização do velório no Memorial dos Povos Indígenas, como desejavam o Cimi e Gerson Pataxó, primo de Galdino. Segundo a Funai, a cerimônia poderia se transformar numa manifestação dos índios xavantes — que já estão protestando em Brasília há semanas — contra o presidente da instituição, Júlio Gaiger. A ordem era liberar o corpo só às 7h de ontem para ser levado direto ao aeroporto, onde embarcaria, para Ilhéus, em vôo da Rio-Sul.

**Confusão** — A intenção da Funai irritou xavantes, sem-terra e políticos que, às 21h, aguardavam, já impacientes, a chegada do corpo ao Memorial. “A Funai diz que não é costume de índio fazer velório, mas também não é costume de índio deixar corpo em geladeira do IML”, disse o secretário-executivo do Cimi, Saulo Feitosa. “A Funai não é dona do corpo do índio”, endossou o secretário-adjunto de Comunicação do Distrito Federal, Antônio Carlos Queiroz.

Nesse momento, o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, resolveu invocar suas prerrogativas. Com uma comitiva de funcionários

do Cimi e de parentes de Galdino, Aguiar foi ao IML e determinou a imediata liberação do corpo, para que fosse levado para o Memorial. A confusão passou então para o aspecto financeiro, quando a funerária Bom Pastor informou que, com a rescisão do contrato com a Funai, o caixão não seria liberado.

**Cantos** — Roberto Aguiar voltou a usar de sua autoridade e garantiu que, se a Funai não bancasse as despesas, o governo do DF ou mesmo os amigos do morto se cotizariam para cobrir todos os gastos, calculados em R\$ 600,00. Mais uma vez prevaleceu a ordem do secretário e, às 22h25, o caixão com o corpo de Galdino foi posto na ala de entrada do Memorial. Os índios, em sua maioria xavantes, reuniram-se em volta do caixão, cantaram o adoomad nhore (canto fúnebre xavante) e fizeram uma série de discursos contra a política indigenista do governo federal.

“Aqui morreu o nosso irmão, que veio tratar dos problemas de sua comunidade. Os índios estão morrendo por toda parte. A culpa disso é do governo, que não faz a demarcação de nossas terras”, protestou o índio Temrete, da aldeia

São Marcos, do Mato Grosso. Depois do ritual, a maior parte das pessoas — cerca de 200 — que estava no velório foi embora. Mas, para surpresa dos amigos do morto que permaneceram, por volta das 5h, dois supostos agentes da Polícia Federal apareceram no Memorial, afirmando que iriam levar o corpo direto para o aeroporto.

“Eles disseram que eram da PF e que tinham ordens do Ministério da Justiça para transportar o caixão, mas nós não deixamos”, contou Roberto Leibgott, secretário junto do Cimi. Mais tarde, Funai e o ministério negaram que policiais federais tenham ido ao Memorial. “Isso é falso”, disse o ministro interino da Justiça, Milton Seligman. “Claro que eram federais. Eles estavam com uniformes da PF e o carro deles também era caracterizado”, disse Roberto Leibgott.

O Ministério da Justiça esclareceu depois que os dois homens eram agentes da Polícia Rodoviária Federal que, por exigência da Rio-Sul, levariam o corpo ao aeroporto quatro horas antes do embarque, previsto para 10h. No final, o corpo foi levado a Ilhéus em um avião Bandeirante, da FAB. (Colaboração: Márcia Gomes)